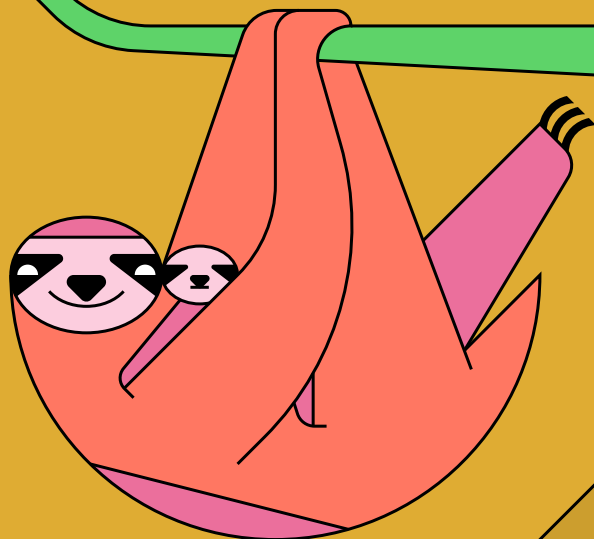
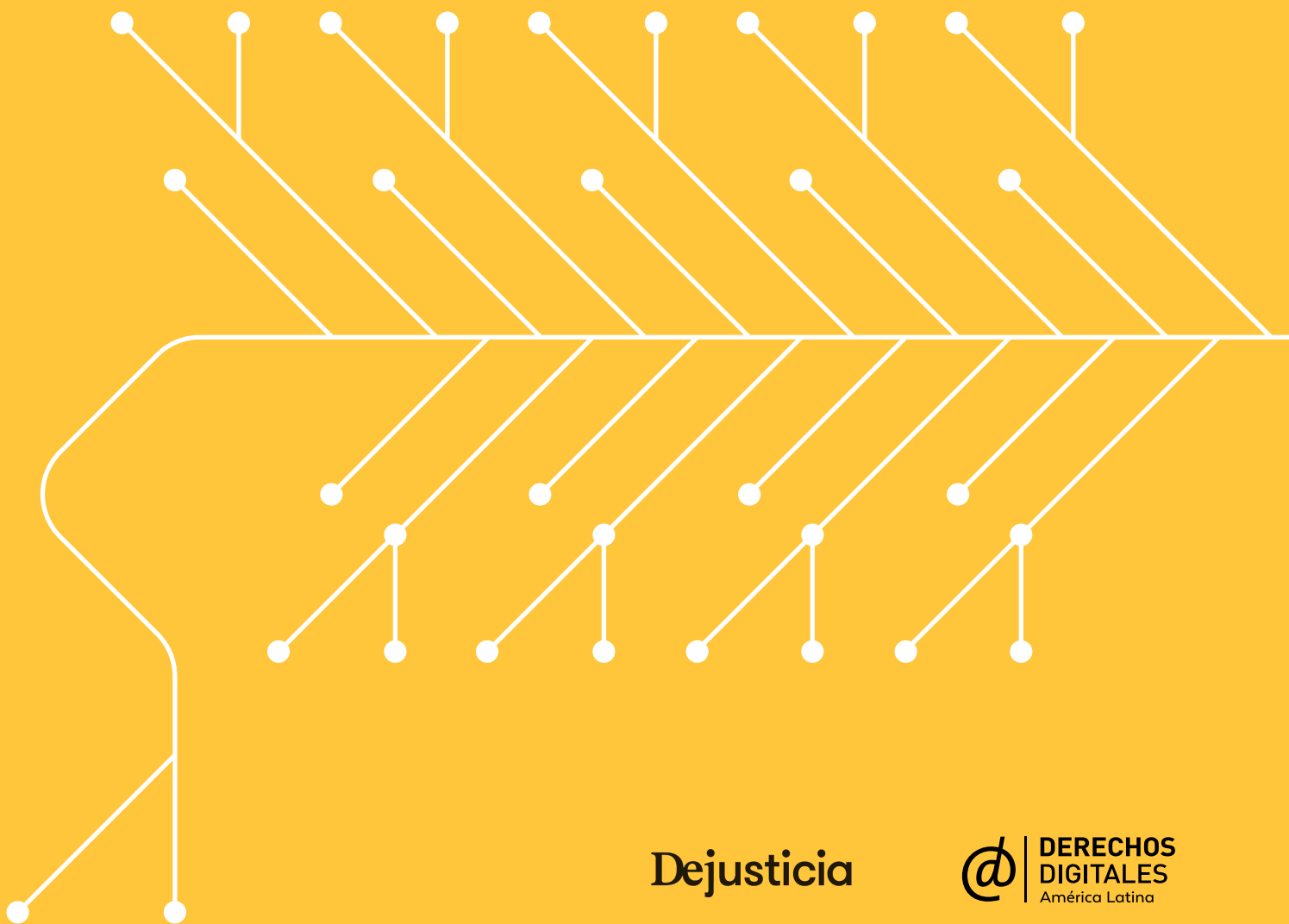


**Latin
America**
in a glimpse
Amazônia



COLÔMBIA



Dejusticia

@ **DERECHOS
DIGITALES**
América Latina

Latin America in a Glimpse: Amazônia

Esta publicação foi realizada pela Derechos Digitales, organização independente e sem fins lucrativos fundada em 2005, cuja missão é a defesa, promoção e desenvolvimento dos direitos fundamentais nos ambientes digitais na América Latina.



Editado por Michel Roberto de Souza, Paloma Lara Castro e Belén Roca

Coordenação da pesquisa por Michel Roberto de Souza.

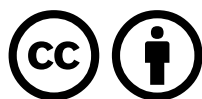
Coordenação da publicação por Belén Roca e Vladimir Garay.

Correção de estilo por Belén Roca.

Desenho e diagramação por Comunas Unidas.

Tradução por Urgas Tradu.c.toras.

Julho, 2023.



Esta obra está disponível sob licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.es>

Acesso à internet e povos indígenas na Amazônia colombiana

Dejusticia*

<https://www.dejusticia.org/>

Pesquisa por Daniel Ospina Celis

Sumário

4 Introdução

6 Geografia e povos indígenas de Vaupés

9 Acceso a servicios públicos e internet en Vaupés

11 Serviço de saúde e internet em Vaupés

11 A visão dos povos indígenas da Amazônia colombiana sobre o acesso à internet

18 Conclusões

(*)

Dejusticia é um centro de estudos jurídicos e sociais localizado em Bogotá, Colômbia, dedicado ao fortalecimento do estado de direito e à promoção dos direitos humanos na Colômbia e no Sul Global.

INTRODUÇÃO

A internet se transformou em algo tão comum e importante que é fácil acreditar que o seu acesso e uso são universais. Para certas pessoas, a internet e as tecnologias digitais fazem parte do cotidiano, útil para trabalhar, estudar e se comunicar. No entanto, as portas do mundo digital não estão abertas a todas as pessoas. Essa desigualdade ou diferença costuma ser chamada de brecha digital. Na Amazônia colombiana, as comunidades indígenas que vivem ao redor do rio Vaupés têm grande dificuldade em se conectar à internet. Apesar das iniciativas públicas e privadas para levar a internet ao centro urbano (Mitú) e a certas comunidades específicas por meio de tecnologia via satélite, grande parte da população vive sem conexão. Quando consegue se conectar, navega com velocidade muito baixa, sendo impedida de aproveitar as possibilidades oferecidas pela rede.

Este texto pretende descrever algumas das considerações, preocupações e formas pelas quais as pessoas de comunidades indígenas de Vaupés, um departamento colombiano, relacionam-se com o acesso à internet. O ponto de partida é reconhecer que a brecha digital pode ter, pelo menos, quatro aspectos: o acesso motivacional, o acesso material, o acesso a habilidades e o acesso de uso (VAN DIJK, 2005 e 2020). Os aspectos motivacionais e materiais são fundamentais para pesquisar sobre as relações entre o acesso à internet e as populações indígenas. Por esse motivo, ao longo do documento, enfatizo as opiniões da comunidade que expressam a vontade de acessar a internet, as possibilidades materiais para conseguir o acesso e os usos possíveis que ela daria às tecnologias digitais, bem como os riscos vistos por uma abordagem étnica.

Uma das razões pelas quais fiz esta pesquisa no departamento de Vaupés é que grande parte de sua população é indígena. De fato, até algumas décadas atrás, toda a população era indígena, com exceção dos missionários católicos. Por isso, uso indistintamente as categorias "habitantes de Vaupés" e "pessoas de comunidades indígenas". Todas as pessoas com as quais me relatei, cujas vivências e experiências estão reunidas neste texto, são indígenas. Algumas dão mais protagonismo à identidade cultural, enquanto outras se encaixaram um pouco mais na perspectiva ocidental. Em todo caso, falar de Vaupés e de povos étnicos é praticamente equivalente. Há pouco, por dinâmicas de mobilidade humana e colonização, a população "branca" (como é designada pelas pessoas indígenas) que vive nesta região aumentou. Com isso, em 2019, o Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) estimou que 81% das pessoas que vivem em Vaupés pertenciam a algum povo indígena.

Embora o acesso à internet na Amazônia colombiana seja, em geral, baixíssimo, a população indígena do departamento de Vaupés tem grande interesse em estar conectada porque vê a internet como um meio para suprir uma necessidade que se acentua pelas condições geográficas da região: a comunicação. A internet parece ser a única saída para o isolamento e o abandono. Significa, além disso, uma ferramenta que permitiria a garantia de direitos básicos como a saúde, a educação e o acesso à informação. À margem destas linhas gerais, as percepções que a população do departamento tem sobre a conectividade são múltiplas e inacabadas. Este assunto interessa porque afeta diariamente a comunidade, mas só agora passou-se a refletir sobre.

O acesso à internet desempenha um papel central nos projetos de vida da população de Vaupés, pois permite a comunicação dentro da comunidade e com o resto do país. Ter acesso à internet muda drasticamente as oportunidades e futuros possíveis destas pessoas, gerando grandes impactos na maneira como elas observam seu próprio desenvolvimento. A internet começou a ser vista em relação direta com a educação, graças às iniciativas do governo colombiano de levar postos de internet aos centros educativos do departamento. Infelizmente, a implementação desta política pública deixa muito a desejar e não conseguiu garantir de forma adequada que estudantes se beneficiem dos conteúdos educativos disponíveis on-line.

Apesar das limitações para melhorar a qualidade da educação e fomentar a comunicação, o incipiente acesso material à internet modificou as práticas culturais de certas comunidades indígenas e acentuou a ocidentalização vivida na Amazônia colombiana. Algumas crianças indígenas estão abandonando as suas raízes e línguas porque têm pouco contato com suas origens e porque os conteúdos on-line aos quais são expostas não incluem conhecimentos ancestrais. São enfrentados desafios muito semelhantes por outras comunidades indígenas na Colômbia e no mundo (SMITH, BURKE e WARD, 2020).

O processo de modificação da identidade indígena em consequência da digitalização, que parece inevitável para algumas lideranças indígenas da Amazônia colombiana, não foi abordado sistematicamente pelas autoridades tradicionais. Poucas lideranças conseguiram identificar que esta é uma tarefa pendente. Graças a reflexões emergentes, existem iniciativas locais e ideias que ainda não foram implementadas para recuperar conhecimentos e práticas culturais através de meios digitais. Além disso, algumas lideranças indígenas veem no acesso à internet e nas redes sociais uma oportunidade para melhorar os trabalhos de incidência no âmbito local e para reivindicar a identidade indígena.

A população indígena de Vaupés está em uma encruzilhada: deseja a internet porque necessita se comunicar, mas sabe que o acesso envolve riscos, já visíveis nas comunidades. Em alguns casos, não existe preparação para enfrentá-los porque não houve um diálogo aberto sobre esse assunto. No entanto, nem todas as pessoas ficam nesta encruzilhada. Parte da juventude iniciou a promoção e defesa de sua cultura através de meios digitais. Este grupo não vê a internet como uma ferramenta de comunicação que traz problemas, mas como uma ferramenta de reivindicação que lhes permite difundir e revitalizar a sua cultura ancestral.

Refiro-me, em geral, à população indígena do departamento sem me concentrar em um único povo étnico porque, como explico melhor na próxima seção, a dinâmica local não permite isso. Entrevistamos servidoras/es públicas/os da Secretaria de Governo e da Secretaria de Educação dos departamentos, lideranças indígenas que dirigem organizações locais e regionais, estudantes universitárias/os, pessoas do setor de turismo, jornalistas, lideranças comunitárias, integrantes do Vicariato Apostólico de Vaupés, instituição da Igreja Católica presente no departamento e docentes, diretoras/es e reitoras/es de instituições educativas.¹ Visitamos diferentes comunidades vizinhas a Mitú por via terrestre e fluvial. Tiramos fotos de suas instalações e fizemos testes de conectividade com os nossos dispositivos móveis.

Durante duas semanas conheci a brecha digital que as pessoas que moram na zona urbana e rural enfrentam diariamente. Alguns dias, por volta das 4 da manhã, consegui enviar um e-mail com um anexo relativamente pesado. Em uma de nossas excursões pelo rio Vaupés, nosso motor parou de funcionar e ficamos à deriva. Obviamente, não tínhamos como avisar

(1) As entrevistas estão codificadas (cada código identifica um tipo de pessoa) e serão citadas neste documento da seguinte forma:

- R – reitoras/es;
- P – professoras/es;
- ST – trabalhadoras/es do setor de turismo;
- LI – lideranças indígenas;
- IC – integrante da Igreja Católica;
- CS – jornalistas;
- SP – servidoras/es públicas/os.

sobre o que aconteceu. Ao cruzar com uma lancha que vinha na direção oposta, o condutor nos recomendou remar até algumas pedras que se projetavam a cerca de 300 metros. Lá, aparentemente, conseguiríamos conexão se tivéssemos um plano de internet móvel da Claro. E deu certo. Avisamos estarmos encalhados e que não chegaríamos. O que o condutor fez para saber que nesse ponto específico do rio Vaupés o sinal da Claro funciona? É um mistério que ainda não resolvi. No entanto, isso mostra que decifrar os truques e segredos da conectividade no departamento é um exercício diário para quem vive na região. Enquanto navegam pelo rio Vaupés, fazem o possível para navegar na internet.

Para compreender por que ter acesso à internet é necessário para a população indígena de Vaupés, por que consideram que ela traz riscos para a sua cultura, até que ponto favorece o serviço de educação, qual é a sua relação com o acesso à saúde e como as iniciativas locais aproveitaram a oportunidade, é necessário conhecer a realidade do departamento. A segunda e a terceira seções contemplam esse objetivo ao apresentar a geografia, a população intercultural e o estado atual do acesso a alguns serviços básicos na região. Na quarta seção discuto a visão que os povos indígenas da Amazônia colombiana têm sobre a internet com base em meu trabalho de campo, nas entrevistas semiestruturadas que realizei e nas conversas informais que tive durante minha estadia em Vaupés. Por fim, ofereço algumas considerações finais e perguntas que ficam abertas à guisa de conclusão.

GEOGRAFIA E POVOS INDÍGENAS DE VAUPÉS

A Amazônia, a floresta tropical de maior biodiversidade do mundo, estende-se por mais de 7 milhões de quilômetros quadrados (km²) e cobre parcialmente os seguintes territórios: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Sua riqueza de flora e fauna, bem como sua diversidade cultural, fizeram com que esta região fosse considerada patrimônio da humanidade. Na Colômbia, praticamente todo o bioma amazônico corresponde a territórios indígenas.

Internamente, a Amazônia está dividida em seis departamentos: Amazonas, Caquetá, Guainía, Guaviare, Putumayo e Vaupés. Esta divisão política interna tem grande impacto na forma como o Estado se materializa, e na organização dos movimentos sociais nesta região. Como as políticas públicas são projetadas e implementadas no âmbito dos departamentos, a população se organizou em torno dessas divisões políticas para exigir seus direitos. Um exemplo é a Organização Nacional dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana (OPIAC) que explicitou que sua integração e fundação foi feita por "organizações indígenas dos seis departamentos da Amazônia colombiana".²

Devido à extensão e diversidade cultural da Amazônia colombiana, nosso estudo se concentra no que acontece no departamento de Vaupés. Trata-se de uma região do país onde os rios são protagonistas e onde o turismo sustentável/ecológico ainda está começando a se desenvolver. Esta característica foi um critério fundamental para escolher trabalhar em Vaupés. É, nas palavras de quem mora lá, uma área isolada com pouco contato com o resto do país, apesar de certas dinâmicas de colonização.

Em Vaupés habitam mais de vinte povos indígenas distribuídos em inúmeras comunidades localizadas principalmente nas margens dos rios Apaporis, Cuduyarí, Pirá Paraná, Taraira

(2) <https://www.opiac.org.co/opiac/organizaciones>

e Vaupés. Trata-se de uma "constelação de pequenas localidades (mais de 200)" que estão "separadas de outra comunidade de características idênticas por 30, 50 ou mais quilômetros de florestas" (SALAZAR et al., 2006, p. 29). A população não indígena é pequena. Corresponde principalmente a camponeses brancos que chegaram nas últimas décadas de outros lugares da Colômbia –Illavencio e Antioquia, por exemplo– em busca de novas oportunidades.

O rio é a única maneira de chegar até grande maioria dessas comunidades que, às vezes, estão a dias de navegação do centro urbano (Mitú), onde as entidades do Estado estão sediadas. Isso torna os custos de acesso ao território muito altos. Para ir de Mitú a Mandí, uma comunidade a 4 ou 5 horas de navegação onde funciona uma instituição educativa e vivem mais de 300 pessoas, é preciso mais de meio salário mínimo só em gasolina. Por isso, a maioria das comunidades se encontra à margem das políticas públicas do governo nacional. Para acessar serviços de saúde, por exemplo, elas devem ir até Mitú, o que significa ter dinheiro para pagar o transporte e tempo para se deslocar, que em alguns casos é de semanas.

Não surpreende, então, que a penetração de serviços públicos básicos seja muito incipiente no departamento, tanto na área urbana quanto na rural. Esta diferença entre o urbano e o rural em Vaupés é complicada, pois, embora Mitú tenha acesso a certos serviços que não existem nas comunidades (um banco, hospital, eletricidade, etc.), a diferença não é tão marcada. Nas palavras de uma funcionária da Secretaria de Educação do departamento, "comparado a Bogotá, Vaupés é uma zona rural".³

Em Vaupés, as organizações sociais e o Estado enfrentam dois desafios para planejar políticas que beneficiem sua população e lutar pela garantia dos direitos humanos: a geografia e a interculturalidade. Por um lado, Vaupés está isolado do resto do país. A única maneira de chegar ao departamento em um tempo razoável é de avião saindo de Bogotá ou Villavicencio. Embora esteja localizado no centro do continente, algumas das pessoas que residem lá se referem ao departamento como uma ilha. Esse isolamento é reforçado porque as comunidades estão afastadas de Mitú e para chegar até as localidades onde estão é necessário navegar pelo rio ou pegar outro avião. Nem mesmo a Igreja Católica tem um acesso fácil às comunidades, apesar de levar mais de 200 anos desempenhando seu trabalho missionário na região. Como disse uma irmã integrante da Congregação das Irmãs Missionárias de Santa Teresinha do Menino Jesus, que atualmente trabalha no Vicariato Apostólico de Vaupés, "é muito complicado sair de Mitú por conta dos valores".⁴

Como mencionei acima, no departamento coexistem mais de vinte povos indígenas que falam línguas diferentes com leis de origem diversas. Por mais que tenham alguns costumes e práticas compartilhadas – consumir farinha de mandioca, *quinapira* ou *manibaras*, tocar e dançar *carrizo* (um instrumento de sopro e dança homônimos), usar *carayuru* ou respeitar a *Güio* (a anaconda que habita os rios) —, cada comunidade é um mundo. O tamanho de cada terra indígena também varia. De acordo com o Departamento Administrativo Nacional de Estatística – DANE (2019), os povos Tukano, Siriano, Cubeo e Tujyuca são os mais numerosos. Outros povos étnicos, por outro lado, estão à beira do desaparecimento, como os Pizamira.⁵

(3) Entrevista SP.

(4) Entrevista IC.

(5) Entrevista LI.

Esta diversidade tem sido um desafio, especialmente, para pensar a educação em Vaupés. Durante quase todo o século xx, a Igreja Católica através do Vicariato Apostólico de Vaupés encarregou-se do trabalho educativo no território sob o modelo de internatos. Como explica Reinoso (2011), "os missionários buscavam as crianças nas malocas e as levavam ao internato, onde as agrupavam em diferentes grupos étnicos, ofereciam-lhes vestuário, alimentação e educação escolar que lhes ensinava o castelhano, a matemática e, claro, realizavam a tarefa evangelizadora". Embora a educação missionária contratada tenha desaparecido no início do século XXI, o modelo de internatos se manteve porque o número de pessoas em idade escolar em cada comunidade não é tão alto para que cada uma tenha a sua própria escola.

Um dos reitores com quem conversei explica muito bem porque o modelo de internato é necessário:

A dispersão populacional e geográfica faz com que a estrutura organizacional da educação no departamento seja assim: nas maiores aldeias estão concentradas as dezesseis escolas de ensino médio⁶ (internatos), todas as outras têm escolinhas, mas ao terminar o nono ano do ensino fundamental as crianças devem ir para a área central.⁷

Como nos internatos convivem crianças de diferentes povos, a língua de uso comum é o castelhano, o que gerou graves problemas de identidade. Para Nirinó, professora de línguas e cultura da Escola Normal de Mitú "infelizmente todos os processos de educação se baseiam na castelhanização [...] então as crianças só falam espanhol e têm medo de falar sua língua, ou muitas efetivamente não a falam pelo que as gerações anteriores das suas famílias viveram nesta instituição onde não se permitia falar a língua".⁸ Porque durante a educação missionária contratada "era proibido falar a língua na sala, quem falasse recebia violências com régua, com giz".⁹

Nesse cenário intercultural e geograficamente complexo, as pessoas começaram a ter acesso material à internet, ainda que de forma incipiente. Isto lhes permitiu conhecer novas possibilidades, acessar alguns serviços, imaginar como poderia melhorar a garantia dos seus direitos, e se preocupar com as mudanças culturais que começam a tornar-se evidentes. Por isso, é importante se questionar sobre os impactos da internet nas formas de vida diárias das comunidades indígenas, na garantia do direito à educação das crianças educadas nos internatos, no acesso a serviços de saúde e nos projetos de vida da população indígena de Vaupés.

(6) N.Ta.: Adaptamos os termos educacionais para os utilizados no Brasil atualmente. A citação oral do texto original é: "La dispersión poblacional y geográfica hace que la estructura organizativa de la educación en el departamento es que en los poblados más grandes se concentran 16 colegios de bachillerato (internados), pero todos los demás tienen escuelitas, una que otra comunidad, pero terminan hasta grado quinto y los demás deben ir a la zona principal."

(7) Entrevista R.

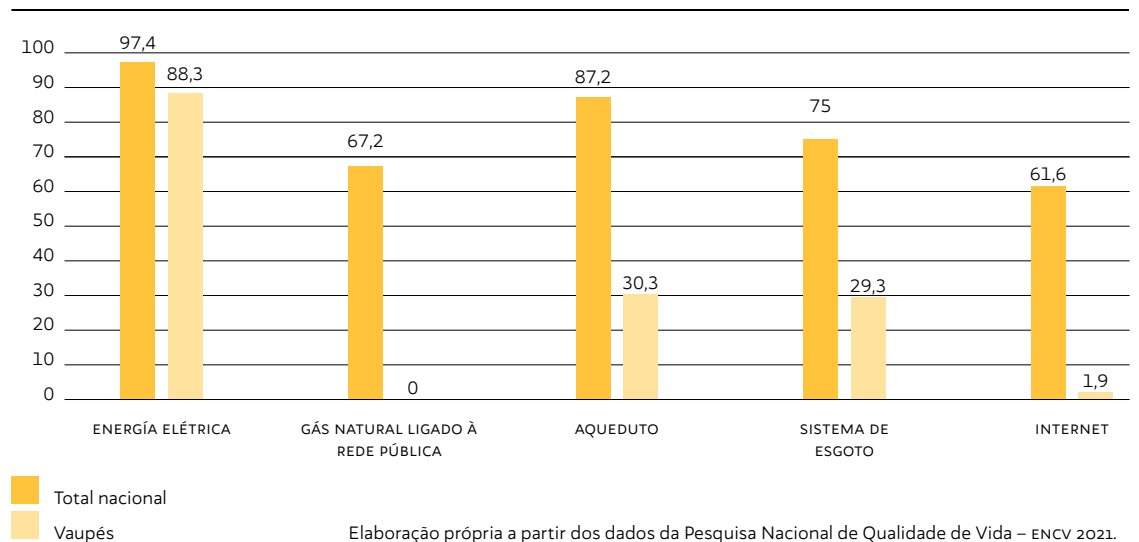
(8) Entrevista P.

(9) Entrevista P.

ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS E INTERNET EM VAUPÉS

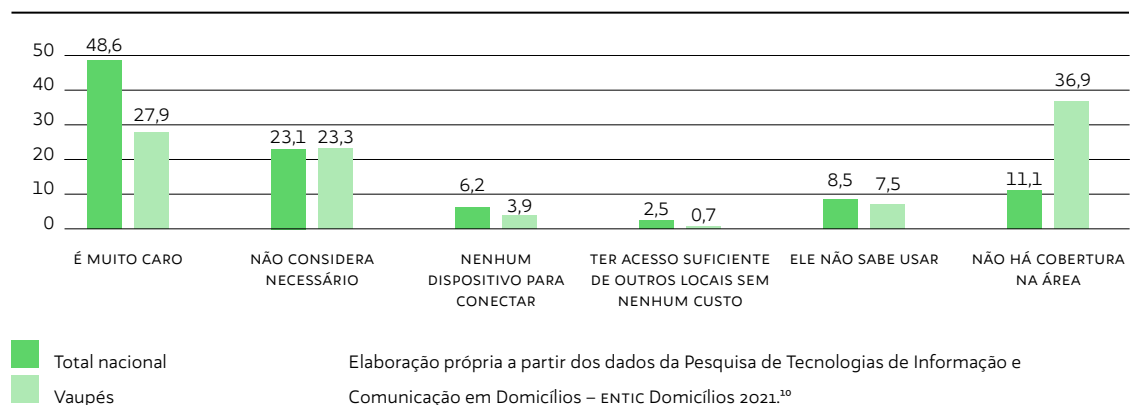
O acesso e uso massivo da internet é bastante recente em todo o mundo. Muito mais em Vaupés, um departamento onde não é habitual que as pessoas tenham gás natural e rede hidráulica. A institucionalidade colombiana possui informações sobre o baixo acesso a serviços públicos básicos. Como mostra o gráfico 1, segundo o DANE, a porcentagem de famílias que possuem esses serviços públicos em Vaupés está bem abaixo da média nacional.

GRÁFICO 1. PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM SERVIÇOS PÚBLICOS NO ÂMBITO NACIONAL E NO DEPARTAMENTO DE VAUPÉS



As estatísticas consolidadas pelo DANE apontam para o mesmo que pode evidenciar ao falar com a população indígena no território: elas não têm acesso material à internet, embora tenham interesse. Como evidenciado pelo gráfico 2, a principal razão pela qual as pessoas não têm internet é a falta de cobertura. Em contraste com a média da população nacional que não acessa por seu alto custo, em Vaupés as pessoas não o fazem porque não têm como fazê-lo.

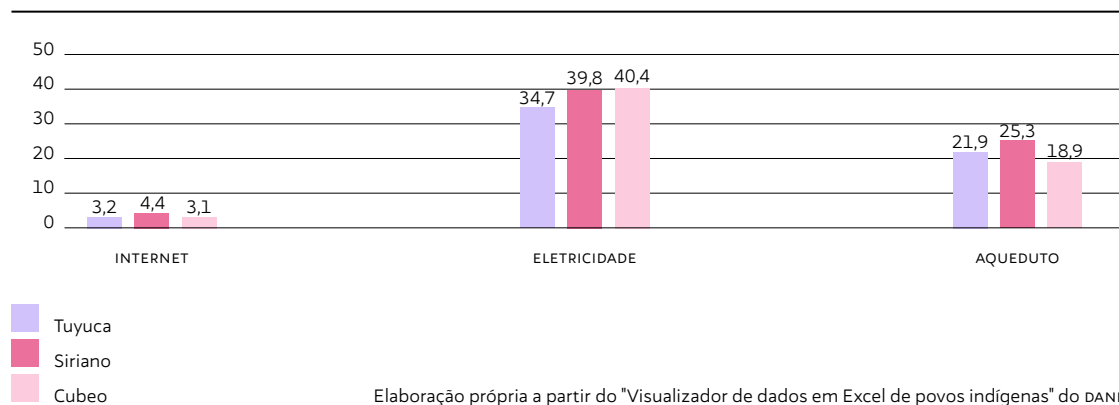
GRÁFICO 2. PORCENTAGEM DE PESSOAS NO ÂMBITO NACIONAL E NO DEPARTAMENTO DE VAUPÉS QUE NÃO TÊM INTERNET A PARTIR DE RAZÕES PRINCIPAIS



(10) DANE. *Encuesta de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones en Hogares - entic Hogares 2021* (Pesquisa de Tecnologias de Informação e Comunicação em Domicílios - ENTIC Domicílios 2021) Bogotá, Colômbia: 28 de julho de 2022. Consulte os Anexos Mod. 2-4.

Se falamos especificamente da população de alguns povos indígenas e não de todos os que habitam o departamento, a situação não muda muito, embora se acentue a falta de cobertura dos serviços públicos. Isso ocorre porque os poucos camponeses do departamento habitam a área urbana, enquanto a maioria da comunidade indígena vive em comunidades isoladas de Mitú. Por exemplo, apenas uma pequena proporção dos povos Tujuuca, Siriano e Cubeo têm acesso a serviços de eletricidade, rede hidráulica e internet (Gráfico 6). Isso evidencia que os povos indígenas da Amazônia, como argumenta Canelo (2021), encontram-se em considerável desvantagem em relação ao resto da população quanto ao acesso às telecomunicações e ao restante dos serviços estatais, seja pelas condições geográficas da região ou pelo abandono estatal.

GRÁFICO 3. PROPORÇÃO DE INTEGRANTES DOS POVOS INDÍGENAS DE TUYUCA, SIRIANO E CUBEO QUE POSSUEM OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE INTERNET, ELETRICIDADE E REDE HIDRÁULICA



Em diversos lugares do mundo existem muitos textos sobre as visões, formas de apropriação, e usos da internet por integrantes dos povos indígenas e é comum que nestas análises se encontrem presentes as insatisfatórias condições de acesso à internet que estas comunidades enfrentam. Ao habitar em zonas rurais ou em lugares "afastados" dos centros populosos, o custo da infraestrutura necessária para levar a internet às comunidades indígenas costuma superar os incentivos que têm tanto o Estado como as empresas privadas encarregadas de fazê-lo (INTAHCHOMPHOO, 2018). No Chile, por exemplo, há uma lacuna entre os povos indígenas que vivem em áreas urbanas e aqueles que vivem em áreas rurais: os centros urbanos não só têm melhores condições de conectividade, mas uma maior oferta de serviços e preços (SEPÚLVEDA e LEGUINA, 2016). Para o caso colombiano, a brecha entre as condições de acesso material na Amazônia e o resto do país é notória. No entanto, questões ambientais e financeiras impedem que esse problema seja resolvido da maneira tradicional, por exemplo, instalando serviços de fibra ótica.

Em resumo, o acesso aos serviços públicos da população indígena de Vaupés é insatisfatório. Com relação à internet é ainda mais precário, um cenário em que soluções comuns não podem ser aplicadas devido às condições particulares da Amazônia. As estatísticas mostram que mais de 95% da população não tem acesso, mas na realidade a internet faz parte da vida diária de quem mora em Vaupés. A falta de acesso material e de uma conexão estável, talvez, tornaram a internet um assunto que as populações indígenas da Amazônia colombiana discutem continuamente. Nas próximas duas seções desenvolvo a relação que há entre a internet e o acesso a serviços de saúde, e a visão que a população local tem sobre a brecha digital.

SERVIÇO DE SAÚDE E INTERNET EM VAUPÉS

O acesso ao serviço de saúde ilustra, talvez, a realidade da maior parte da população indígena de Vaupés. Também mostra a importância de acessar a internet em uma região florestal, onde muitas pessoas vivem longe da área urbana. O Hospital San Antonio de Mitú oferece serviços médicos de alto nível e possui centros de saúde em Carurú e Taraira. Quaisquer procedimentos ou assistência especializada devem ser realizados fora do departamento. As pessoas que vivem nas comunidades têm grandes dificuldades inclusive para chegar ao hospital de Mitú, e a equipe deste tem muita dificuldade de estar presente na zona rural. Esteban lidera uma associação indígena e é crítico do sistema de saúde. Para ele, "os medicamentos chegam no meio do ano e há muitos medicamentos que requerem refrigeração e lá não há luz. Então, essa rede hospitalar que você vê nos papéis é imaginária. A institucionalidade a defende, mas a gente sabe, sendo líderes das comunidades, que isso não existe".¹¹

O que o acesso à internet tem a ver com o serviço de saúde? Em Vaupés, tudo. Devido às complexidades do território e à escassa cobertura da rede hospitalar, é fundamental que as comunidades possam entrar em contato com o hospital de Mitú para obter assistência básica. Sobre este assunto, aprofundarei na sexta seção do texto. Por enquanto, a relação entre saúde e internet expressa como as insuficiências no acesso a serviços básicos se reforçam mutuamente. Pelo menos para a população indígena da Amazônia que não está no centro urbano, não ter internet nem outro meio de comunicação equivale a não ter acesso a acompanhamento médico. Infelizmente, não há esforços do Estado para fortalecer o serviço de saúde através da melhoria do acesso à internet e conectividade na região. É urgente que as pessoas que tomam decisões percebam que em um contexto geográfico como o da Amazônia colombiana, a internet permite garantir múltiplos direitos e não apenas o direito à educação ou o direito à informação. A internet permitiria que a população das zonas dispersas de Vaupés acessassem consultas médicas sem que tivessem que passar horas em um barco até Mitú.

Essa relação entre internet e saúde está muito longe das relações encontradas pela literatura produzida no norte global entre internet e direitos humanos (REGLITZ e RUDNICK, 2020), reforçando a importância de estudos localizados nos contextos e dinâmicas de lugares como a Amazônia. Reglitz e Rudnick afirmam que a internet permite que as pessoas que vivem longe dos centros urbanos acessem os serviços de saúde mental já que ir a consultas presenciais pode ser muito caro. Enquanto isso, na Amazônia colombiana as comunidades distantes não têm acesso nem a medicamentos, nem a profissionais de saúde. O acesso à internet não resolveria todos os seus problemas, mas pelo menos facilitaria a comunicação entre as comunidades e o hospital, potencialmente salvando vidas. Embora em ambos os casos a internet seja um meio através do qual os direitos são exercidos e garantidos, não se trata da mesma situação.

A VISÃO DOS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA COLOMBIANA SOBRE O ACESSO À INTERNET

Como os povos indígenas de Vaupés experienciam a brecha digital? Por que querem ter internet? Para que a usam ou usariam? Quais mudanças culturais a internet trouxe? Como se prepararam para enfrentar essas mudanças?

Em Vaupés se fala muito sobre a internet. Ao descer do avião, a pessoa da prefeitura que registrou meus dados reclamou com sua companheira que naquele dia não havia sinal. Ao

(11) Entrevista LI.

subir no moto táxi para ir ao hotel, o motorista comentou que um dos maiores desafios que tinha para levar adiante seu projeto de ecoturismo era garantir conexão à internet para as pessoas visitantes. Ao chegar ao hotel, a recepcionista esperava que eu me acostumassem com a intermitência e a baixa velocidade da internet móvel. Em menos de uma hora, nos meus primeiros contatos com as pessoas da comunidade, a internet estava no centro das conversas. Por que se fala tanto disso?

As pessoas com quem tive a oportunidade de conversar em Vaupés veem o acesso à internet como uma necessidade. Independentemente do setor em que atuam ou de sua idade, todas argumentaram que estar conectadas era fundamental para a vida diária no departamento, especialmente considerando as condições geográficas. Diante do fracasso da telefonia móvel, das dificuldades para chegar no território e da inexistência de sistemas de comunicação autônomos, ter internet se destaca como meio para garantir as necessidades comunicativas da população indígena. Estas pessoas precisam se comunicar entre si para se organizar, entrar em contato com o hospital para acessar o serviço de saúde, se comunicar com seus afetos que migraram das comunidades e agora vivem na área urbana. Não importa o motivo específico pelo qual desejam se comunicar, a internet é sempre a solução.

Não é adequado supor que todos os povos indígenas se oponham ao uso e à apropriação da internet, como mostraram diferentes análises sobre a brecha digital com uma abordagem étnica e diferencial. Isto, de certa forma, acentua a distância entre o ocidente e as cosmovisões indígenas porque as condena ao exótico. Toth et al. (2018), por exemplo, argumentam que, embora a internet seja uma tecnologia proveniente das lógicas de uso e produção ocidentais, isso não quer dizer que para certos povos indígenas não seja desejável acessar e se beneficiar das possibilidades que o uso da internet lhes oferece. Neste estudo, mostra-se que, em certos casos, o uso da internet pode servir como estratégia para prevenir o desenraizamento que algumas comunidades são forçadas quando suas integrantes saem dos territórios indígenas em busca de oportunidades educacionais e de trabalho nas cidades. A experiência em Vaupés é semelhante, embora a preocupação central não seja o desenraizamento, mas a comunicação interna.

É um falso dilema supor que, por se tratar de povos indígenas, a rejeição à internet (uma tecnologia ocidental) deva ser total ou uniforme (RODRÍGUEZ e EL GAZI, 2003). De fato, como afirma Young-Ing (2006, p. 65), "os povos indígenas demonstraram - através da adaptação da tecnologia - que suas culturas dinâmicas não ficaram trancadas no passado, estáticas e resistentes ao desenvolvimento".

O interesse que as pessoas de Vaupés têm em acessar a internet, especialmente para melhorar a comunicação, não significa que elas ignoram as outras potencialidades da rede. Mas grande parte das reivindicações da população indígena têm como fim obter a internet para se comunicar, para que Vaupés deixe de ser uma ilha. Como disse um jornalista, as mídias sociais e a internet "mais do que algo para se distrair nas comunidades, são a única alternativa de comunicação".¹²

Comunicar-se, por exemplo, é fundamental para exercer a função de liderança indígena. Por isso, uma liderança regional recorre ao rádio e às cartas para se comunicar com outras lideranças de cada comunidade. "Aqui é complicado. Imagina. Se aqui na zona urbana não temos sinal. A única maneira de receber informações atualizadas é a emissora". Segundo ele, as

(12) Entrevista cs.

iniciativas do governo só beneficiam algumas das comunidades a seu cargo, "as demais estão totalmente incomunicáveis".¹³ As lideranças indígenas concordam que as possibilidades de comunicação trazidas pela internet facilitariam tanto os processos organizacionais internos quanto o trabalho de incidência fora de Vaupés. Isso coincide em parte com a visão da internet que algumas lideranças de comunidades indígenas na Amazônia brasileira têm. Assim como na Colômbia, no Brasil veem a internet como uma ferramenta política que lhes permite, sobretudo às lideranças mais jovens, defender suas causas, ainda que as lideranças tradicionais possam ser resistentes a comunicar-se através destes meios (VALLE RODRIGUES e OLIVEIRA, 2013).

Várias das pessoas entrevistadas enfatizaram a importância da comunicação via internet para questões de saúde. Um líder indígena foi explícito ao indicar que "em questões de saúde o serviço de internet é muito necessário, pode salvar vidas". Segundo ele, uma mulher que sofreu um ataque de facção há alguns anos poderia ter sido salva por meio da comunicação com o hospital por essa via. "Ela não morreu do golpe, ela sangrou até a morte no caminho. Imagine, mais de 10 horas para chegar a um hospital. Uma vida pode ser salva com uma comunicação certa".¹⁴ Por isso, um jornalista defende que a comunicação que "as redes sociais, o celular ou a internet" permite serve para conseguir encaminhamentos mais rápidos e efetivos.¹⁵

A falta de comunicação também afeta os camponeses brancos. O chanceler do Vicariato Apostólico de Mitú se queixou da "ausência e má qualidade [da internet] que evidentemente gera grandes conflitos". Ele se referiu ao assunto das comunicações, cuja ausência parece afetar tanto a população indígena quanto a Igreja Católica:

Ainda sobre a comunicação com as comunidades, especialmente nos lugares de missão onde há sacerdotes, vemos a carência onde não há internet, onde a única maneira de falar com os sacerdotes é por telefone e por meio de cartas, com os voos charter que chegam às comunidades. Essas são as únicas formas para manter o contato, então é um impacto porque esta ausência complica, precisamos nos comunicar com os sacerdotes em missão.¹⁶

A visão da internet como uma ferramenta de comunicação que as comunidades têm em Vaupés condiz com as experiências e aproximações que outros povos indígenas tiveram na América Latina. Por exemplo, ao analisar a apropriação de tecnologias pelo povo indígena Mixteca Gnuu Savi, no México, Allende-Hernández e Salinas (2017) determinaram que o uso da internet e dispositivos móveis influenciou as práticas comunicativas dessa comunidade.

Indígenas de Vaupés sabem como a infraestrutura atual que lhes presta o serviço funciona e quais são as suas limitações devido ao grande interesse que têm em se comunicar. Nas palavras de um líder indígena e estudante de engenharia "Vaupés é um território com uma porcentagem mínima de cobertura e estabilização de rede 4G, onde a única maneira de ter sinal é por microondas em Guaviare".¹⁷ Mas esse conhecimento não é porque ele estudou engenharia.

(13) Entrevista LI.

(14) Entrevista LI.

(15) Entrevista CS.

(16) Entrevista IC.

(17) Entrevista LI.

Muitas pessoas conhecem algumas particularidades técnicas sobre como a internet chega à região. Uma funcionária do setor de turismo me explicou que a internet em Vaupés "depende do clima, de que os postes não sejam danificados, de que não aconteça nada em Guaviare [porque] dependemos de uma antena que está lá".¹⁸

A população de Vaupés, longe do papel passivo de estar sob o arbítrio do Estado ou das empresas privadas acerca da conectividade, dedicou-se a aprender sobre o assunto. E também atuaram contra a má qualidade da internet na área urbana. A população se manifestou e apelou à linguagem dos direitos humanos para fortalecer as reivindicações para ter conectividade,¹⁹ mas a capacidade de agência da comunidade não fica por aí. Um de seus membros conseguiu o apoio de uma empresa estrangeira para colocar dois pontos de internet via satélite em duas comunidades isoladas.²⁰ Com o reconhecimento de que o acesso à internet é necessário para se comunicar, os povos indígenas conseguiram posicionar a internet como uma de suas prioridades.

Afinal, as comunidades não são receptoras passivas dos desenvolvimentos tecnológicos, mas grupos sociais com agência, capazes de decidir sobre seu acesso à internet e como fazê-lo, adaptando-o às suas próprias culturas. No contexto sul-africano, a visão estatal que reconhece os sistemas de saberes próprios e compreende que certas comunidades desejam fomentar seu desenvolvimento a partir de cânones próprios e não do conhecimento ocidental foi aplaudida (LOTRIET et al., 2009).

Se entendemos o papel essencial da internet como ferramenta para a comunicação, então todas as pessoas têm direito a acessá-la e receber os benefícios das políticas públicas projetadas para isso. Mas o Estado não parece consciente das implicações que a internet tem para promover o direito à vida em um contexto geográfico onde poucas pessoas podem comparecer fisicamente às instituições de saúde. Para o Estado, a internet e as tecnologias digitais apenas são fundamentais para os processos educativos e mais nada. Isto se conecta com as abordagens jurídicas que o Tribunal Constitucional fez sobre o acesso à internet e o direito à educação,²¹ e com as políticas públicas implementadas pelo Ministério das TIC no âmbito nacional. Também está associado com as discussões internacionais sobre o reconhecimento de um direito de acesso à internet baseado, principalmente, em seu papel instrumental para a garantia de vários direitos humanos, mas com maior relevância, a garantia à educação. Não surpreende, portanto, que o Estado tenha priorizado instalar os pontos de internet nos centros educativos (internatos) para que estudantes possam se conectar.

Há sete anos Ricardo é reitor do maior projeto educacional de Vaupés. Ele tem 44 anos e trabalha como professor há 23. Ele persistiu mais de quinze anos percorrendo os internatos mais isolados do departamento antes de ser nomeado reitor. Ricardo sabe o que é ser docente na zona rural e como se administra um projeto educativo com distintas sedes, tanto urbanas quanto rurais. Sua experiência lhe mostrou que "a internet é um recurso indispensável para

(18) Entrevista E.

(19) Entrevista LI.

(20) Entrevista cs.

(21) Corte Constitucional, Sentencia T-030 de 2020.

todo o serviço educacional. Todos os processos de inovação e de transformação implicam que nós [devemos] acessar a vanguarda da tecnologia".²²

A importância da internet na educação é maior considerando que as escolas não possuem material pedagógico atualizado. Segundo outro professor, "a internet é importante [porque] não temos livros aqui, então serve para as crianças pesquisarem".²³ Em outra instituição, que se encontra a duas horas de Mitú pelo rio Vaupés, um professor que não é indígena comentou que "a internet é uma ferramenta muito boa; quem estuda pela internet se aproxima do mundo que não pode ver".²⁴

Segundo um funcionário da Secretaria de Educação departamental, das 121 sedes educativas que existem em Vaupés, dezesseis têm conexão à internet via satélite através da execução de um projeto da ordem nacional e outras 29 estão em fase de instalação através de um projeto do Ministério das TIC.²⁵ Ao fazer uma análise da instalação dessas conexões, um funcionário comentou:

Podemos dizer que não é um sucesso, mas funciona e é útil para estudar. Há muitas áreas remotas que são dispersas, ficam sem conectividade durante todo o ano, é complicado para se comunicar com a família e com a escola.

No entanto, as professoras e professores de algumas das escolas beneficiadas não concordam com esta leitura. Minha experiência visitando diferentes escolas, vendo a situação dos dispositivos e tentando me conectar às redes nestes espaços me faz concordar com as críticas das pessoas que educam. Um deles resume o assunto assim:

A internet é fundamental para muitas coisas na educação se for usada da maneira correta. Mas infelizmente em primeiro lugar não podemos ter uma experiência de 100% de uso porque não temos internet. Temos apenas para interagir por WhatsApp ou, se o sinal estiver bom, podemos fazer uma ligação ou algo assim, mas não é verdade que temos o serviço o dia todo aqui.²⁶

Se o projeto realmente faz com que estudantes tenham acesso contínuo à internet e consultem informações através da rede, a verdade é que esse impulso trouxe impactos profundos. Um professor sente que as e os estudantes começaram a perder seu enraizamento cultural, mas, em sua opinião, isso não se deve apenas à chegada da internet, embora seja potencializado por ela. O processo educativo se encarrega de facilitar que as crianças e adolescentes não valorizem sua própria cultura porque "nós nos dedicamos a ensinar-lhes tudo o que é do ocidente, mas não lhes ensinamos o que é nosso".²⁷

(22) Entrevista R.

(23) Entrevista P.

(24) Entrevista P.

(25) Entrevista SP.

(26) Entrevista P.

(27) Entrevista P.

Muito recentemente, crianças e jovens indígenas começaram a adquirir dispositivos móveis. Considerando que as conterrâneas e conterrâneos que vivem nas comunidades não têm um emprego que lhes dê renda econômica na forma que o ocidente ensinou, nem todas as crianças têm a possibilidade de ter um celular. No entanto, uma única criança que tenha celular é suficiente para que o resto olhe e acesse o que encontrarem nele.

Neste ponto, professoras/es, lideranças e funcionárias/os públicas/os concordam: a chegada de um celular inteligente (smartphone) a uma comunidade impacta não só quem o tem, mas todas as pessoas com acesso direto ou indireto a ele.

Diante dos desafios de ter acesso irrestrito a quase qualquer conteúdo on-line, uma professora acredita que é fundamental que as pessoas adultas acompanhem a juventude no uso das tecnologias digitais. Para ela, todas as possibilidades que elas oferecem dependem de que as crianças tenham acompanhamento constante.²⁸ A juventude, pensa ela, deve conseguir analisar a informação que consulta e, para isso, é fundamental que adultos/os façam a mediação e lhes expliquem as implicações culturais que os conteúdos podem ter.

O acompanhamento tem uma dupla função. Por um lado, permite que as crianças entendam e interpretem conteúdos que não necessariamente se ajustam à sua idade. Por outro lado, permite que compreendam as diferenças étnicas entre o conteúdo que recebem e a sua identidade como indígenas. Conversei com docentes que consideram que esta "tradução étnica" é fundamental quando as crianças começam a acessar redes sociais porque existe pouco material disponível que se ajuste às lógicas indígenas próprias da Amazônia. Um professor considera que é importante mediar este vínculo porque "o mundo que as crianças conhecem é Vaupés, Mitú, sua comunidade e nada mais. Elas não conhecem, por exemplo, um carro de última geração".²⁹ Como não conhecem muitas coisas da sociedade ocidental, é importante que ao descobri-las recebam o acompanhamento de pessoas adultas.

A posição de docentes mostra que as pessoas entrevistadas reconhecem que a chegada de uma internet melhor é importante, mas também estão preocupadas com os impactos que isso poderia ter na identidade da juventude indígena. Na verdade, alguns desses impactos já podem ser observados. As mídias sociais oferecem à juventude indígena futuros possíveis além da sua comunidade. Permite que conheçam um mundo diferente, distante e novo. Como disse um líder juvenil, "as redes sociais podem ser espaços onde os jovens estão se protegendo [pois] aqui é o único que temos".³⁰

Mas o uso das redes sociais não tem apenas uma faceta. Este mesmo jovem que vê nas redes sociais um lugar para escapar do abandono e da pobreza vividas em Vaupés reconhece que o acesso à internet tem impactos culturais. "A gente sente que mostrar a nossa cultura é diminuir um pouco o nível. Óbvio, porque quando você olha para as redes sociais e ninguém fala sobre cultura, sobre nada... É difícil".³¹

(28) Entrevista P.

(29) Entrevista P.

(30) Entrevista LI.

(31) Entrevista LI.

Algumas educadoras e educadores também expressam essa preocupação. Para um deles, as redes sociais prejudicam a cultura porque as crianças não querem mais conhecê-la ou preservá-la pelo que veem na internet.³² A solução está, segundo este líder indígena, em fortalecer os processos identitários e culturais, não em restringir o acesso à internet.

Como diversas experiências mostram, é possível "conduzir as tradições e práticas culturais ancestrais à era tecnológica, mantendo a significação e a integridade" (YOUNG-ING, 2006, p. 70). No Chile, por exemplo, a internet não substituiu as formas tradicionais de comunicação entre a população Mapuche, pelo contrário. Abriu outras formas de comunicação e criou uma nova esfera contra-pública em pequena escala que lhes permitiu formar uma rede com organizações e pessoas indígenas e não indígenas (SALAZAR, 2004).

Nirinó - uma professora que está ciente tanto do potencial quanto dos riscos que o acesso à internet traz - concorda com essa abordagem. Por isso, prefere valorizar o aspecto positivo e incentivar seu uso correto e de empoderamento em estudantes.

Os meios tecnológicos são enormes e muito importantes. Neste momento estou fazendo um trabalho com as crianças, elas estão escrevendo histórias no seu idioma e fazem desenhos. Estamos fazendo isso para compartilhar [conhecimentos] com as crianças usando a tecnologia. Não temos internet, mas temos que ser criativas. Colombianas não desistem. (...) É que sempre esperamos que alguém venha e nos diga "olha, é assim", que venham com tudo pronto e não pode ser assim, temos que aprender a usar essas ferramentas da melhor maneira possível. Com elas podemos fortalecer nossa própria identidade, nossa identidade cultural, linguística.

O seu trabalho tem foco, sobretudo, na recuperação e fortalecimento das línguas dos povos indígenas que habitam Vaupés. É por isso que ela tem tanto interesse em usar as tecnologias digitais a seu favor. Ela usa o Alfabeto Fonético Internacional, baixado da internet, para transcrever conhecimentos na língua tradicional, além de utilizar o Facebook e WhatsApp para compartilhar os trabalhos do seu grupo. No Dia Internacional da Língua Materna, comemorado em 21 de fevereiro, Nirinó, alunas e alunos têm o hábito de compartilhar mensagens em língua nativa por meio destas plataformas. O trabalho desta professora é muito semelhante às estratégias de conservação de práticas ancestrais implementadas em outros lugares. Vários povos indígenas se apropriaram das tecnologias digitais para transmitir diálogos em seus próprios idiomas. Isto explora uma das características da internet, "ao ser uma tecnologia multimídia [que] incorpora as possibilidades das linguagens sonoras e audiovisuais para o registro das línguas que, ao serem levadas à linguagem digital, podem ser armazenadas sem que seu conteúdo seja deteriorado" (GIRALDO, 2016).

Estes tipos de iniciativas mostram que a população indígena da Amazônia colombiana vê a massificação da internet como uma possível solução para os seus problemas de comunicação e, talvez, da qualidade da educação. Mas para obter o melhor aproveitamento do desenvolvimento tecnológico, várias lideranças, professoras e professores dão ênfase à importância dos processos de fortalecimento da identidade cultural. Eles são a base para que as comunidades indígenas possam navegar no difícil mundo da digitalização tão bem quanto navegam os rios da região. As relações entre o acesso à internet e o fortalecimento da identidade indígena estão começando a se tornar evidentes. É provável que nos próximos anos se multipliquem as iniciativas para recuperar e solidificar a identidade da juventude. Por enquanto, esse assunto confunde e preocupa várias pessoas.

(32) Entrevista p.

Se, como expressa Lay (2018), o uso da internet contribuiu para afirmar a identidade dos povos indígenas que vivem em Oaxaca e Chiapas, no México, então um processo semelhante talvez seja possível para os povos indígenas da Amazônia colombiana. Um dos líderes indígenas com quem conversei sabe que as tecnologias digitais - e as mídias sociais, especialmente - podem ser usadas para fortalecer o aspecto ancestral. Em poucos minutos, discutimos várias ideias de aplicativos móveis que poderiam ajudar a juventude indígena a reconhecer e valorizar a sua história. Uma dessas ideias é a criação de um aplicativo para aprender a interpretar seus instrumentos tradicionais, assim como hoje existem aplicativos que permitem à juventude ocidental aprender a tocar piano ou violão.³³

CONCLUSÕES

Enquanto ouvimos através de uma plataforma de streaming uma música de seu grupo musical favorito, Fernanda me conta que às vezes deseja retornar à sua comunidade e se afastar da sociedade ocidental. Aos 21 anos, sente que a chegada da internet a Vaupés “truncou” os processos identitários das comunidades indígenas. Apesar disso, no momento, ela estuda em um curso universitário on-line em Mitú, enquanto trabalha como guia de turismo. Ela reclama continuamente dos problemas de conectividade que tem para acessar as atividades síncronas e fazer upload de trabalhos, mas sente que a má qualidade da internet é melhor do que não ter nada.

Sua experiência condensa as encruzilhadas em que se encontra a população indígena da Amazônia colombiana frente ao acesso à internet. A população vê a internet como uma ferramenta necessária para se comunicar e exercer outros direitos humanos. Melhorar o acesso à saúde e à qualidade da educação são duas das principais funções que o acesso à internet parece cumprir em meio à floresta amazônica. Mas a internet representa muito mais do que a perspectiva de melhorar o serviço de saúde ou educação. A possibilidade de que as comunidades nas margens dos rios e ao longo da estrada se comuniquem com Mitú e os outros centros urbanos, com o resto do país e com o mundo em geral, muda completamente a forma de viver em Vaupés. Melhorar as condições de conectividade facilitaria os processos organizacionais e tornaria os processos de tomada de decisões mais eficientes e informados. Vaupés deixaria de ser uma ilha que se encontra no coração da Amazônia, retomando a imagem usada por algumas pessoas que vivem na região.

Apesar de todos os benefícios que a massificação do acesso à internet no departamento traria, ela também poderia colocar em risco o enraizamento cultural da juventude e mudar a forma de vida nas comunidades. É necessário acompanhar o fechamento da brecha digital na Amazônia com processos organizacionais em torno do valor da cultura tradicional. As lideranças indígenas, com as professoras e professores são conscientes disso e por isso iniciaram processos de fortalecimento da identidade indígena. Elas usam as tecnologias digitais a seu favor e coletam parte do conhecimento ancestral e linguístico para que não se perca. Em nenhuma circunstância este risco pode ser interpretado como um motivo para não implementar políticas públicas que melhorem o acesso material à internet em Vaupés. Estudar sobre a brecha digital a partir de uma perspectiva étnica significa reconhecer esses riscos diferenciados que os povos enfrentam, mas também estar ciente das necessidades de conectividade da população indígena. Na Amazônia colombiana, como esta pesquisa demonstra, a população indígena requer acesso à internet para se comunicar, melhorar seu acesso a serviços estatais, melhorar o aproveitamento efetivo de direitos humanos e diversificar ou fortalecer os projetos de vida da juventude indígena.

(33) Entrevista LI.

REFERÊNCIAS

- Allende-Hernández, O., e Salinas, J. (2017). Usages and Customs of the Indigenous Communities in Favour of the Reduction of the Digital Divide: A Case Study of the Nuu Savi People [Usos e costumes das comunidades indígenas em favor da redução da brecha digital: um estudo de caso do povo Nuu Savi]: 3-20.
- Arellano, L., e Tonatiuh, I.. (2018) La cibercultura: Uso y apropiación en la gestión cultural [A cibercultura: uso e apropriação na gestão cultural]. Palestra apresentada no 3º Encontro Nacional de Gestão Cultural do México. <https://observatoriocultural.udgvirtual.udg.mx/repositorio/handle/123456789/784>
- Canelo, L. F. (2021). Situación de Conectividad a Internet y Otros Medios de Comunicación de Pueblos Indígenas en la Amazonía Ecuatoriana, Peruana, Colombiana y Región Trópico Húmedo de México [Situação da conectividade com a Internet e outros meios de comunicação dos povos indígenas na Amazônia equatoriana, peruana e colombiana e nos trópicos úmidos do México]. https://cefoindigena.org/wp-content/uploads/2021/07/CEFO_Investigacio%CC%81n-de-Conectividad-2021.pdf
- Costa, I., e Paulino, F. (2013). Challenges faced in overcoming indigenous digital divide in Brazil [Desafios enfrentados na superação da exclusão digital indígena no Brasil]. *Commons* 2, n.º 3: 92-120. https://www.researchgate.net/publication/319466806_CHALLENGES_FACED_IN_OVERCOMING_INDIGENOUS_DIGITAL_DIVIDE_IN_BRAZIL
- Departamento Administrativo Nacional de Estadística – DANE. (2019). Informe de Población Indígena de Colombia [Relatório da população indígena da Colômbia]. Bogotá, Colombia.
- Dijk, J. V. (2005). *The Deepening Divide: Inequality in the Information Society* [O aprofundamento da brecha: desigualdade na sociedade da informação]. SAGE.
- Dijk, J. V. (2020). *The Digital Divide* [A brecha digital]. Polity Press. https://www.researchgate.net/publication/336775102_The_Digital_Divide
- Dutta, U., e Das, S. (2015). *The Digital Divide at the Margins: Co-designing Information Solutions to Address the Needs of Indigenous Populations of Rural India* [A brecha digital nas margens: codesenvolvimento de soluções de informação para atender às necessidades das populações indígenas da Índia rural]. *Communication Design Quarterly* 4.
- Giraldo, M. (2016). *Un lenguaje para recordar lenguas del viento. Discursos sobre el uso de TIC para la preservación de las lenguas indígenas* [Uma linguagem para lembrar as línguas do vento. Discursos sobre o uso das TICs para a preservação das línguas indígenas]. Tese de mestrado, Universidad Nacional de Colombia, sede Bogotá, Faculdade de Ciências Humanas.
- Huey, L., e Ferguson, L. (2022). Another Digital Divide: Cybersecurity in Indigenous Communities [Outra brecha digital: segurança cibernética em comunidades indígenas]. *Sociology Publications* 55.
- Intahchomphoo, C. (2018). Indigenous Peoples, Social Media, and the Digital Divide: A Systematic Literature Review [Povos indígenas, mídias sociais e brecha digital: uma revisão sistemática da literatura]. *American Indian Culture and Research Journal* 42, n.º 2.
- Lotriet, H., Matthee, M., e Mazanderani, F. (2009). Selective exclusion: the digital divide in the context of indigenous knowledge systems in South Africa [Exclusão seletiva: a brecha digital no contexto dos sistemas de conhecimento indígena na África do Sul]. *SA Journal of Information Management* 11, n.º 1: 1-18. https://www.researchgate.net/publication/272644518_Selective_exclusion_the_digital_divide_in_the_context_of_indigenous_knowledge_systems_in_South_Africa
- Lumby, B. (2010) *Cyber-Indigeneity: urban Indigenous identity on Facebook* [Ciber-indigeneidade: identidade urbana indígena no Facebook]. *The Australian Journal of Indigenous Education*, 13: 68-75. https://www.researchgate.net/publication/314008097_Cyber-Indigeneity_Urban_Indigenous_Identity_on_Facebook
- Monasterios, G. (2003). Usos de Internet por Organizaciones Indígenas (OI) de Abya Yala: para una alternativa en políticas comunicacionales [Usos da internet por Organizações Indígenas (OI) da Abya Yala: por uma alternativa nas políticas de comunicação]. *Revista Comunicación* n.º 122: 60-69.
- Ramos, A. (2015). Empoderamiento de comunidades indígenas a través de la alfabetización informativa [Empoderamento de comunidades indígenas por meio da alfabetização informacional]. *Información y comunidades indígenas*: 53-68.

- Reglitz, M. e Rudnick, A. (2020). Internet Access as a right for realizing the human right to adequate mental (and other) health care [Acesso à internet como um direito para a realização do direito humano de saúde mental (e outros) de forma adequada]. *International Journal of Mental Health*, 49(1), 97-103. <https://doi.org/10/gcbf>
- Rodríguez, C., e El Gazi, J. (2002) The poetics of Indigenous Radio in Colombia [A poética da rádio indígena na Colômbia]. *Media, Culture & Society* 29, n.º 3: 449-468.
- Salazar, C. A., Gutiérrez, F., e Franco, M. (2006). Vaupés: Entre la colonización y las fronteras [Vaupés: entre a colonização e as fronteiras]. Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas SINCHI.
- Salazar, J. (2004). Imperfect Media: The poetics of indigenous media in Chile [Mídia imperfeita: a poética da mídia indígena no Chile]. Tese de doutorado, University of Western Sidney.
- Sánchez, D. e Leguina, A. (2016). Pueblos indígenas y acceso a las tecnologías, una mirada desde los estudios de la desigualdad social [Povos indígenas e acesso às tecnologias, um olhar a partir dos estudos sobre a desigualdade social]. https://www.academia.edu/1022788/Pueblos_ind%C3%ADgenas_y_acceso_a_las_tecnolog%C3%ADas_una_mirada_desde_los_estudios_de_la_desigualdad_social
- Smith, C., Burke, H., e Ward, G. K. (2020). Globalisation and indigenous peoples: Threat or empowerment? [Globalização e povos indígenas: ameaça ou empoderamento?] En C. Smith, e G. K. Ward (Eds.), *Indigenous Cultures in an Interconnected World* (pp. 1-24). Carfax Publishing, Taylor e Francis Group.
- Toth, K., Smith, D., e Giroux, D. (2018) Indigenous peoples and empowerment via technology [Povos indígenas e empoderamento via tecnologia]. *First Peoples Child & Family Review* 13, n.º1: 21-33. <https://www.erudit.org/en/journals/fpcf/2018-v13-n1-fpcf06464/1082388ar/>
- Virtanen, P. K. (2015). Indigenous social media practices in southwestern Amazonia [Práticas indígenas nas mídias sociais no sudoeste da Amazônia]. *Alternative* 11, n.º 4: 350-362.
- Young-Ing, G. (2006). Intellectual property rights, legislated protection, sui generis models and ethical access in the transformation of indigenous traditional knowledge [Direitos de propriedade intelectual, proteção legislada, modelos sui generis e acesso ético na transformação do conhecimento tradicional indígena]. Tese de doutorado, University of British Columbia. <https://open.library.ubc.ca/soa/cIRcle/collections/ubctheses/831/items/1.0103864>

www.derechosdigitales.org